

ANÁLISE DO IMPACTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR NA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CMEI (I) DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA-GO

*Autora: Lia Batista Machado (2) (1) Professora da Rede Municipal de Ensino Itumbiara-GO,
liamachado77@live.com*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo saber qual o Impacto do PAR na Reforma e Ampliação do CMEI (I) do município de Itumbiara-GO. E cabe investigar se o Programa do MEC Plano de Ações Articuladas - PAR contribuiu como ferramenta sólida para ajudar o município a planejar e executar as ações previstas na Dimensão 4 – Infraestrutura e Recursos Pedagógicos de forma a saber se após a reforma houve ampliação da oferta do atendimento no CMEI. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica que tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno realizadas por meio de livros e artigos científicos do meio digital. Com base nos resultados obtidos, observou-se que o Plano Municipal de Educação elaborado em 2007, estabeleceu metas para a garantia do direito à Educação Infantil de qualidade no município. O presente estudo permitiu confirmar que o PAR foi um indutor que norteou os planejamentos da educação do município de Itumbiara- Goiás, bem como na Reforma e Ampliação do CMEI pesquisado, porém não foi contemplado com assistência financeira do termo de compromisso assinado. O município buscou alternativas para cumprir as metas previstas no PME junto à PAR via Convênio do Programa Brasil Carinhoso – Apoio às Creches. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada nos autores: Ferreira; Fonseca (2013), Ferreira; Nogueira (2015) e Sader (2013).

Palavras chaves: PAR; PME; Educação Infantil; Reforma e ampliação.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Educação Infantil pública no Brasil é uma das maiores conquistas constitucional que garante o acesso e a permanência da criança em creches e pré-escolas de 0 a 5 anos. Segundo Sader (2013) a história da educação dos últimos anos revela que os governos populistas de Lula Inácio da Silva e Dilma Russeff, a passos largos construiu uma nova identidade educacional que valorizou a educação infantil. Conforme o autor, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) baseou-se em uma Política Social Educacional em busca da igualdade negada outrora aos brasileiros.

Nesta perspectiva, cada dia mais, aumenta a discussão em torno de investir na Primeira Infância. Observa-se que mediante a este cenário, após a implantação do Plano Nacional da Educação - PNE e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o Ministério da Educação editou vários programas para que os Estados, Municípios e Distrito Federal recebessem repasses pelo FNDE para a construção, reforma e ampliação de creches no país.

Com base na política do governo federal, foi criado o Plano de Ações Articuladas (PAR). Este programa está vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007 para integrar programas educacionais garantindo o vínculo entre os diferentes níveis de ensino. O PDE é um programa que compreende o regimento de colaboração no financiamento da educação em conjunto com os entes federados. O PAR surge para estabelecer um diálogo entre os entes federados por meio de ações previstas e de diagnósticos reais realizados pelos estados, municípios e distrito federal com vista à melhoria da qualidade da educação básica.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo saber qual o Impacto do PAR na Reforma e Ampliação do CMEI (I) do município de Itumbiara. E, cabe investigar se o PAR contribuiu como ferramenta sólida para ajudar o município a planejar e executar as

ações previstas na Dimensão 4 – Infraestrutura e Recursos Pedagógicos de forma a saber se após a reforma houve ampliação da oferta do atendimento no CMEI.

Assim, para uma melhor compreensão sobre o entendimento do nosso objeto de estudo, será apresentado neste resumo, os resultados de uma pesquisa qualitativa de origem documental e bibliográfica, que discutiu as metas e diretrizes do Plano Municipal de Educação – PME (2007) relacionadas à infraestrutura da educação infantil do município de Itumbiara, apresentando-se de forma suscinta os resultados da análise sobre o PAR do município do período de 2011 a 2014.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

O Plano Municipal de Educação elaborado em 2007 estabeleceu metas para a garantia do direito à educação infantil de qualidade no município. Esse processo esteve articulado ao Plano de Ações Articuladas e não há dúvidas que o programa foi a mola precursora que se projetou em mudanças para se alcançar os objetivos e metas traçados. O presente estudo permitiu confirmar que o PAR foi um indutor que norteou os planejamentos da educação do município de Itumbiara- Goiás, bem como na Reforma e Ampliação do Centro Municipal de Educação Infantil pesquisado, porém, não foi contemplado com assistência financeira do termo de compromisso assinado. O município para cumprir uma das metas assinou convênio com o Programa Brasil Carinhoso – Apoio às Creches e recebeu repasse financeiro via FNDE, complementando com contrapartida financeira realizada pelo Poder Executivo para que, assim, a Reforma e Ampliação se concretizasse.

E conforme, Ferreira; Fonseca (2013), é necessário que a União cumpra efetivamente com o regime de colaboração entre os entes federados de forma que coordene melhor as ações para que o PAR se projete para o futuro como exemplo de um bom planejamento escolar. O PAR é um inovador que propicia aos municípios um controle rigoroso sobre ações da educação municipal. Mas, que precisa fazer os repasses financeiros necessários para que ações planejadas pelos municípios saiam do papel.

Destaca-se, que o Programa Brasil Carinhoso – Apoio às Creches, tem como objetivo retirar da miséria todas as famílias com filhos entre zero e seis anos que sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, estimula a ampliação de vagas em creches públicas e conveniadas.

Entretanto, a educação municipal de Itumbiara compreende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, nesta pesquisa apresentaremos os dados que comparam e comprovam a ampliação da infraestrutura do Centro Municipal de Educação Infantil (I) do período de 2014 a 2015. A educação infantil nosso objeto de interesse abrange as modalidades berçário, maternal e pré-escola nível 1 e 2, sendo que a modalidade creche no município atendem as crianças a partir dos 6 meses a 3 anos.

Conforme as metas do Plano Municipal de Educação do município expostas anteriormente, denota-se uma grande necessidade de melhorar a infraestrutura das escolas bem como os CMEIS. Visando universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de 0 meses a 3 anos em período integral a Prefeitura Municipal de Itumbiara, através da Secretaria Municipal da Educação realizou no período de 2014 e 2015 uma reforma e ampliação que teve como meta investir na melhoria da infraestrutura escolar, bem como no investimento de equipamentos e novos mobiliários escolares.

Para atender as necessidades de reforma e ampliação, a Secretaria Municipal de Educação de Itumbiara trabalhou de forma descentralizada, assumindo-se a mão de obra de toda a construção e em contrapartida recebeu apoio financeiro do Programa Brasil Carinhoso. Ao contrário que o MEC acorda no ato do Termo de Adesão sobre repasses

de transferências voluntárias, não houve no período da reforma e ampliação ajuda financeira da União para o atendimento desta ação específica do PAR.

A reforma e ampliação do CMEI (I) foi realizada com base no planejamento do PAR e conforme ação que prevê a garantia das condições necessárias à adequação dos espaços escolares detectou-se a necessidade de melhorar o espaço físico para ampliar a oferta de vagas para a Educação Infantil. Antes da reforma, a unidade escolar atendia em tempo parcial turmas de Pré I e Pré II e contava apenas com 2 (duas) salas de aulas, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) dispensa, 1 (um) pátio coberto.

Com base no planejamento realizado pela Secretaria Municipal da Educação, considerando a necessidade de aumentar o atendimento para a Primeira Infância (0 a 3 anos) o CMEI, foi remodelado para atender especificadamente essa faixa etária. Na ocasião, o espaço físico foi modificado garantindo um melhor atendimento às crianças. Dessa forma, foi construído 4 (quatro) salas de aulas com banheiros, 1 (lavadeira), 2 (banheiros) externos para uso exclusivo das crianças, adaptação do pátio para funcionamento do refeitório, e sala de coordenação/professores. E conforme o Projeto Político Pedagógico (2016) da escola, o CMEI precisa de mais adequações, bem como a ampliação do espaço físico para a construção de um parque infantil, lactário, solário, sala para professores e brinquedoteca.

Denota-se que o investimento realizado pelo município de Itumbiara em relação a reforma e ampliação do CMEI (I), expandiu-se significativamente proporcionando a inclusão de novas crianças para receberem atendimento educacional principalmente na faixa etária de zero a três anos com base nas metas fixadas pelo Plano Municipal da Educação.

E, conforme Ferreira; Nogueira (2015) as ações realizadas pelo município fundase no compromisso da governabilidade por apresentar-se uma gestão eficiente, eficaz e que responda às necessidades de expansão da universalização da educação na escola pública do município.

Ainda, seguindo o nosso objeto de estudo, outro ponto observado na presente pesquisa foi à contribuição efetiva dos Dirigentes Municipais, dos técnicos que formularam e executaram as políticas para a Educação Infantil que contribuíram para um processo democrático na implementação de políticas públicas para as crianças de 0 (zero) a 5 (anos) na instituição escolar pesquisada. A reforma e ampliação permitiu a expansão da matrícula para crianças de 6 meses a 3 anos.

Portanto, conclui-se que a implantação do PAR no município, apresentou fragilidades para cumprir com o planejamento realizado por meio do Plano Municipal da Educação (2007), apresentou-se como um instrumento de controle, ficando a critério do governo federal, a avaliação do diagnóstico de cada município e o seu interesse de repassar os recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano de Metas compromisso todos pela educação: Instrumento de campo**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em : < www.mec.gov.br> Acesso em: 22/05/2016.

_____. **Resolução nº 17, de 16 de maio de 2013**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000017&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FND E/MEC> Acesso em: 18/06/2016.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Líber Livro 2013.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das Políticas Educacionais no Cotidiano das Escolas Públicas Plano Nacional de Educação** Revista @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, vol. 3, num.5, ano jul, 2015. Disponível em:<
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/10858/9314>> Acesso em: 05/06/2016.

ITUMBIARA, **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Rogério Queiroz de Carvalho Haddad, 2016.

PME. **Plano Municipal de Educação do município de Itumbiara-GO**. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. Itumbiara-GO: 2007.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.